

RELATÓRIO DE GESTÃO





III - RELATÓRIO DE GESTÃO

a) descrição da execução do programa de trabalho por meio do cumprimento das metas físicas e financeiras, por função, subfunção, programa, projeto, subprojeto, atividade, subatividade e operações especiais, em nível de grupo de natureza e elemento da despesa, evidenciando com indicadores de eficiência, eficácia ou efetividade, a implementação da ação governamental, com esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos;

PROGRAMA 726 – ACESSO À JUSTIÇA

A ação 1050 - Expansão da Defensoria Pública no Estado

Foi criada com objetivo de expandir a Defensoria Pública para unidades jurisdicionais desprovidas de Defensores Públicos no Estado, dando maior transparência à execução orçamentária de ampliação da Defensoria Pública (DPMG), com o objetivo de efetivar o disposto na Emenda Constitucional nº 80/2014 e art. 13º, §2º da Constituição Estadual, que prevê que a Instituição deverá estar em todas as unidades jurisdicionais no prazo de 08 (oito) anos.

QUADRO I								
Execução da Ação - 1050								
Expansão da Defensoria Pública no Estado								
Crédito Autorizado	Físico				Orçamentário			
	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise (B) %	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise (B) %
1.000,00	1	0	0	0	1.000,00	0	0	0
1.000,00	1	0	0	0	1.000,00	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

O valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), foi alocado na ação como abertura, não ocorrendo aporte de recursos, o que impossibilitou a implantação e estruturação de Defensorias Especializadas e núcleos da Defensoria Pública.



Ação 1099 - Implantação e Estruturação de Defensorias Especializadas e Núcleos da Defensoria Pública

Foi criada com a finalidade de atendimento ao público, tendo em vista o atendimento considerado prioritários por sua vulnerabilidade social.

QUADRO II								
Execução da Ação - 1099								
Ação Implantação e Estruturação de Defensorias Especializadas e Núcleos da Defensoria Pública								
Crédito Autorizado	Físico				Orçamentário			
	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise (B) %	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise (B) %
1.000,00	1	0	0	0	1.000,00	0	0	0
1.000,00	1	0	0	0	1.000,00	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

O valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), foi alocado na ação como abertura, não ocorrendo aporte de recursos, o que impossibilitou a implantação e estruturação de Defensorias Especializadas e Núcleos da Defensoria Pública.

Ação 4033 - Construção e Reforma de Unidades da Defensoria Pública

Tem o objetivo de garantir a infraestrutura física apropriadas às atividades administrativas de atendimento, com observância a critérios de prioridade, sustentabilidade, acessibilidade e segurança, contribuindo para a formação de ambientes que proporcionem a eficiência e a qualidade operacional dos serviços prestados pela Defensoria Pública esperados pela sociedade.

QUADRO III								
Execução da Ação – 4033								
Construção e Reforma de Unidades da Defensoria Pública								
Crédito Autorizado	Físico				Orçamentário			
	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise (B) %	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise (B) %
1.000,00	1	1	100	100	1.000,00	0	0	0
1.000,00	1	0	0	0	1.000,00	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).



A meta física da ação, inicialmente prevista em 2018, consistia na reforma da unidade de Uberlândia por parte do município, mediante convênio da Saída nº 001/2014, celebrado entre a DPMG e o citado município. Em janeiro de 2018, após a prorrogação do Convênio (3º Termo Aditivo, 30/12/2017 a 29/12/2018), a Defensoria Pública realizou, por meio de sua equipe de engenharia, novas avaliações do imóvel, bem como da documentação técnica (previsão de serviços, materiais, projetos técnicos e etc.), essenciais à obra e ao correto cumprimento do Convênio. Em virtude disto houve necessidade de adequação do projeto. No mês de julho de 2018, a Prefeitura Municipal de Uberlândia deu início ao processo licitatório, com o objetivo de contratar uma empresa para execução da obra da reforma do imóvel e previsão de conclusão para meados de 2020.

O Convênio de Saída nº 001/2014 foi encerrado em dezembro de 2020, atingido o seu objetivo proposto.

Ação 4150 - Operacionalização das Atribuições da Defensoria Pública e Direção Administrativa.

Tem como objetivo a orientação, assistência jurídica, extrajudicial integral e gratuita aos cidadãos necessitados do Estado de Minas Gerais e que a cada dia cresce a demanda da sociedade. Abaixo quadro demonstrativo da execução no ano de 2020.



PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO 2020

QUADRO IV								
Execução da Ação 4150 Operacionalização das Atribuições da Defensoria Pública e Direção Administrativa								
Crédito Autorizado X Despesa Realizada								
Ação	Grupo de Despesa	Grupo Despesa Descrição	Elemento da Despesa	Fonte	Procedência	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	B/C %
						(A)	(B)	
4150	3	Outras Despesas Correntes	14	10	1	62.472.846,00	59.900,00	93,36
	3		30	10	1		1.399.214,45	
	3		33	10	1		60.198,25	
	3		36	10	1		7.771.129,96	
	3		37	10	1		26.404.292,35	
	3		39	10	1		15.801.595,90	
	3		40	10	1		5.989.564,30	
	3		46	10	1		77.517,00	
	3		47	10	1		121.636,20	
	3		92	10	1		257.188,50	
	3		93	10	1		382.750,17	
							R\$58.324.987,08	
	3	Recursos Diretamente Arrecadados		60	1	811.691,00	0,00	0
	4	Investimentos	39	10	1	8.000.000,00	34.524,90	95,89
	4		40	10	1		1.406.297,70	
	4		52	10	1		6.230.526,28	
							R\$7.671.348,88	
Total						R\$71.284.537,00	R\$65.996.335,96	92,58

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN); Armazém de Informações - BO SIAFI MG



ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA - 4150				
	Previsão LOA	Crédito Autorizado	Realizado	(%)
			Jan/Dez	
Físico	2.259.576	0	1.981.168	87,68
Orçamentário	71.284.537,00	71.284.537,00	65.996.335,96	92,58

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

Como pode ser observado no quadro acima, apesar do ano atípico, devido a Pandemia, a Defensoria Pública alcançou um desempenho físico no total de 87,68% e orçamentário de 92,58%, em relação ao programado no ano de 2020.

Ação 4193 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

Tem por finalidade proporcionar a remuneração de pessoal ativo da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e pagamento dos respectivos encargos sociais e auxílios, conferindo condições adequadas ao cumprimento das atribuições institucionais. O quadro abaixo exemplifica o resultado em 2020:

QUADRO V								
Execução da Ação 4193								
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais								
Crédito Autorizado X Despesa Realizada								
Ação	Grupo de Despesa	Grupo Despesa Descrição	Elemento da Despesa	Fonte	Procedência	Crédito Autorizado (A)	Despesa Realizada (B)	B/C %
4193	1	Pessoal e Encargos sociais	5	10	1	358.005.361,00	5,76	96,44
	1		7	10	1		738.627,54	
	1		11	10	1		261.423.820,39	
	1		13	10	1		51.880.676,87	
	1		92	10	1		31.226.018,21	
							R\$345.269.148,77	
	3	Outras Despesas Correntes	46	10	7	11.900.000,00	11.162.224,48	93,85
	3		49	10	7		6.377,30	
							R\$11.168.601,78	
Total						R\$ 369.905.361,00	R\$ 356.437.750,55	96,36

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN); Armazém de Informações - BO SIAFI MG



ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA - 4193				
	PREVISÃO LOA	Crédito Autorizado	Realizado	(%)
			Jan/Dez	
Físico	795	0	789	99,25
Orçamentário	369.905.361,00	369.905.361,00	356.437.750,55	96,36

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

Foi estimado o total de 795 defensores públicos e servidores, enquanto o realizado foi 789. A diferença foi decorrente de exonerações, aposentadorias e falecimentos ocorridos no exercício de 2020, sem a devida reposição.

Ação 2068 - Capacitação de Membros, Servidores e Cidadãos por meio da Escola Superior da Defensoria Pública

Em 2017 ocorreu a criação da Escola Superior da Defensoria Pública – ESDEP, com o objetivo de capacitar defensores públicos, servidores e cidadãos, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em solução pacífica de conflitos, gestão pública e qualidade do atendimento, com a estimativa de 3.200 capacitações no ano de 2020. Em conformidade com o quadro a seguir:

QUADRO VI								
Execução da Ação 2068								
Capacitação de Membros, Servidores e Cidadãos por meio da Escola Superior da Defensoria Pública								
Crédito Autorizado X Despesa Realizada								
Ação	Grupo de Despesa	Grupo Despesa Descrição	Elemento da Despesa	Fonte	Procedência	Crédito Autorizado (A)	Despesa Realizada (B)	B/C %
2068	3	Outras Despesas Correntes	14	10	1	350.000,00	7.354,45	
	3		30	10	1		399	
	3		33	10	1		22.095,28	
	3		35	10	1		14.735,00	
	3		36	10	1		125,4	
	3		39	10	1		285.077,58	
Total						R\$ 350.000,00	R\$ 329.786,71	94,22

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN); Armazém de Informações - BO SIAFI MG



ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA - 2068				
	PREVISÃO LOA	Crédito Autorizado	Realizado	(%)
			Jan/Dez	
Físico	3.200	0	15.272,00	477,3
Orçamentário	350.000,00	350.000,00	329.786,71	94,22

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

O ano da pandemia apresentou grandes dificuldades, mas trouxe consigo oportunidades. Com a necessidade do distanciamento social, a DPMG investiu na realização de cursos e capacitações online e, por consequência, conseguiu ampliar dramaticamente o acesso e número de participantes, conforme observado nos resultados.

PROGRAMA 705 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Ação 7006 - Proventos de Inativos e Pensionistas

A ação tem como objetivo atender o pagamento das despesas com proventos de inativos civis e pensionistas.

Conforme demonstrado quadro abaixo:

QUADRO VII								
Execução da Ação 7006								
Proventos de Inativos Civis e Pensionistas								
Crédito Autorizado X Despesa Realizada								
Ação	Grupo de Despesa	Grupo Despesa Descrição	Elemento da Despesa	Fonte	Procedência	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	B/C %
7006	1	Pessoal e Encargos sociais	1	42	5	110.000.000,00	49.370.130,00	97,32
	1		1	43	5		32.341.967,00	
	1		1	58	5		24.806.197,99	
	1		13	58	5		340.345,00	
	1		92	58	5		190.921,24	
Total						R\$ 110.000.000,00	R\$ 107.049.561,23	97,32

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN); Armazém de Informações - BO SIAFI MG



ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA - 7006				
	PREVISÃO LOA	Crédito Autorizado	Realizado	(%)
			Jan/Dez	
Físico	387	0	394	101,8
Orçamentário	110.000.000,00	110.000.000,00	107.049.561,23	97,3

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

A meta física estimada para o exercício foi de 387 aposentadorias, enquanto a realizada foi de 394. O total realizado foi superior ao estimado em razão de uma demanda maior de aposentadorias em função da implementação do novo regime de aposentaria do servidor público em conformidade com a Lei Complementar (LC) 156, de 22 de setembro de 2020 que estabelece novas regras para a Previdência estadual e a Emenda à Constituição 104 de 14 de setembro de 2020.

Ação 7004 - Precatórios e Sentenças Judiciárias

O valor de R\$1.000,00 (mil reais) foi como abertura e não ocorreu nenhuma execução, tendo em vista a inexistência de Precatório/Sentenças Judiciais no exercício.

QUADRO VIII								
Execução da Ação - 7004								
Precatórios e Sentenças judiciais								
Crédito Autorizado	Físico				Orçamentário			
	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise B %	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise (B) %
1.000,00	1	0	0	0	1.000,00	0	0	0
1.000,00	1	0	0	0	1.000,00	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).



b) descrição das medidas adotadas com vistas a sanear eventuais disfunções estruturais ou conjunturais que prejudicaram ou inviabilizaram a execução das ações programadas;

PROGRAMA 726 – ACESSO À JUSTIÇA

Expansão da Defensoria Pública no Estado

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, desde 2015, projetou a expansão da Instituição, em atendimento aos ditames da EC nº 80/2014. No ano de 2015 foram expandidos os serviços para novas unidades jurisdicionais, em virtude da realização de concurso público e ingresso de 89 defensores públicos. Em 2020 não foi possível a implantação de novas unidades em virtude de falta de recursos orçamentários/financeiro, bem como defensores públicos para atuarem em novas comarcas.

Ação Implantação e Estruturação de Defensorias Especializadas e Núcleos da defensoria Pública

Assim como na ação anterior, no que se refere à implantação de núcleos especializados de assistência jurídica, a Defensoria Pública vem envidando esforços para o incremento de recursos orçamentário. Em 2020 não ocorreu implantação de novos núcleos e nenhum convênio foi firmado com outros entes federados.

Ação Construção e Reforma de Unidades da Defensoria Pública

Grande parte das sedes da Defensoria Pública, no interior e capital, são locadas. A instituição não possui em seu orçamento verba destinada para a aquisição de terrenos e construção de sedes.

Note-se que apesar de já ter recebido terrenos em doação de municípios, as tentativas de incremento orçamentário, junto ao Governo Estadual e Federal, e Parlamento Estadual e Federal, até o momento, foram infrutíferas para implementar construções.



Destaca-se a situação da unidade de Uberlândia, que recebeu emenda parlamentar no exercício de 2014, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para a construção de sede própria em terreno doado pelo município. Considerando que o valor se mostrou insuficiente, foi celebrado convênio para a reforma da sede própria, a ser realizada pela Prefeitura, tendo em vista que a Defensoria Pública não possui departamento especializado em realização obras.

A obra foi concluída em 2020, tendo o Convênio de Saída nº 001/2014, atingido o seu objetivo proposto.

Ação Operacionalização das Atribuições da Defensoria Pública e Direção Administrativa

A Defensoria Pública tem como finalidade precípua a prestação de assistência jurídica integral e gratuita ao cidadão mineiro hipossuficiente. Para majorar o número de prestações jurídicas pela instituição são fundamentais investimento em recursos humanos, tanto defensores públicos, como servidores, estagiários e funcionários terceirizados.

Hoje o quadro se mostra insuficiente para a crescente demanda de atendimentos. A questão de ingresso de novos defensores já foi tratada no tópico expansão da Defensoria Pública no Estado.

Com relação a estruturação de quadro próprio de servidores, foi aprovada a Lei n. 22.790/17, com a criação de cargos de apoio técnico-administrativo para a Defensoria Pública, o que permitirá a melhoria quantitativa e qualitativa dos trabalhos de prestação de assistência jurídica pela instituição. Embora, até o momento, não tenha sido disponibilizado recursos para a realização de concurso.

Com relação a Defensores Públicos, em 2019 ocorreu o concurso público para ingresso na carreira de 30 novos defensores. Ocorreu também no exercício o incremento de contratação de estagiários, tanto de graduação e pós-graduação, possibilitando suporte tanto para os Defensores como para outros setores da Instituição.

**Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais**

A ação tem por objetivo viabilizar a remuneração de pessoal ativo da defensoria pública do estado de MG e pagamento dos respectivos encargos sociais e auxílios, conferindo condições adequadas ao cumprimento das atribuições institucionais.

Com a realização do concurso em 2019, destacamos o ingresso de 28 novos defensores em 2020, objetivando a reposição do quadro, em virtude de aposentadorias e desligamentos.

Capacitação de Membros, Servidores e Cidadãos por meio da Escola Superior da Defensoria Pública

Com a criação da Escola Superior da Defensoria Pública – ESDEP que possibilitou a realização de diversas palestras, cursos e seminários tanto para o público interno, quanto para o público externo. Possibilitou também qualificar e capacitar diversos defensores/servidores bem como cidadãos da sociedade civil. A criação da ESDEP foi um marco importante na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

A Defensoria Pública de Minas Gerais, assim como todos setores, teve que se re-planejar 2020, tendo vista as consequências da pandemia. Com isso, para manter seu programa contínuo de aperfeiçoamento da mão-de-obra, investiu de sobremaneira nas ferramentas de ensino e exposição a distância. O que, inclusive, potencializou os resultados.



c) informações sobre a execução dos programas e ações do governo, sob a responsabilidade do órgão, com identificação de ação governamental estratégica no PPAG 2020-2023, abrangendo a execução física e financeira das ações realizadas, bem como os indicadores institucionais de desempenho, se for o caso;

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais não foi contemplada na carteira de projetos estruturadores, no exercício de 2019, conforme Lei Orçamentária Anual – LOA nº 23.579 de 15 de janeiro de 2020.



d) relatório circunstanciado contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor - conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências; e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão; e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a instituição do termo de parceria -, informando o impacto das atividades executadas por meio dessas entidades do terceiro setor na implementação das ações governamentais;

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais não possui convênio realizado com Terceiro Setor no exercício de 2020.



e) demonstração da execução física e financeira de projetos, subprojetos, atividades e subatividades objetos de financiamento nacional e internacional, especificando as partes envolvidas, detalhando os valores totais previstos e os valores realizados no exercício e até o exercício, bem como as contrapartidas oferecidas e os motivos que inviabilizaram a plena conclusão de etapa ou da totalidade da ação proposta, indicando as providências adotadas, quando aplicável; (deslocamento/realocação de item do relatório de execução orçamentária, financeira e patrimonial)

Entendendo-se por financiamento nacional e internacional, a operação de créditos oriundos de agências financeiras, cumpre-nos informar sua inexistência no exercício de 2020.



f) outras informações consideradas relevantes pelo Órgão para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício, em face do planejamento organizacional e do alcance dos resultados, utilizando-se de indicadores consoante as ações e metas estabelecidas, se for o caso.

Em 2020, foram realizadas 1.981.168 prestações jurídicas aos cidadãos mineiros nas seguintes varas de atuação conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO I	
TOTAL DE PRESTAÇÕES JURÍDICAS - POR ÁREA DE ATUAÇÃO	
ÁREA	TOTAL
Cível	336.705
Criminal	341.666
Família & Sucessões	556.951
Registro Público	879
T.J Cível 2º Instância	38.490
T.J Criminal 2º Instância	54.712
D. Especializada do Consumidor	10.571
Direitos Humanos	19.696
D. de Atuação Extrajudicial	4.734
D. Especializada da Infância e Juventude	82.308
D. Especializada Criminal	11.344
Execução Penal	339.822
Justiça Militar	5.204
N. E. DA D. P. de Proteção aos Vulneráveis em Atuação de Crise	10.372
Assistente Jurídico de Penitenciária	4.898
Defensoria Especializada da Saúde	34.793
D. E. na Defesa da Mulher Vítima de Violência	25.499
Relatório Juizado Especial da Fazenda Pública	102.524
TOTAL	1.981.168

Fonte: Gerais/legado/relatório de produtividade/corregedoria

A Defensoria Especializada em Saúde Pública da Comarca de Belo Horizonte, no ano de 2020, atuou em prol do alcance do atendimento das demandas de saúde pública manifestadas pelos assistidos da DPMG, em face do Sistema Único de Saúde, precipuamente, dirigindo suas atividades no sentido da busca de soluções extrajudiciais para tais demandas, assim agindo, com fulcro no fato de serem tais soluções as mais equânimes e capazes de proporcionar, com agilidade e eficiência, os resultados pretendidos, além de reduzir a necessidade de judicialização das pretensões existentes em tal área.



Essas ações também são fruto do Termo de Cooperação Técnica firmado entre a DPMG, o Estado de Minas Gerais e o Município de Belo Horizonte e a Secretaria Estadual de Saúde e a DPMG, com a finalidade, inclusive, de que em todo o Estado, os Defensores Públicos e representantes da SES atuem conjuntamente, na busca crescente de soluções administrativas para as demandas de saúde pública.

Destacamos que a média de atendimentos presenciais realizados no início de 2020 foi de mais de 90 pessoas por semana, até o início de nossos trabalhos de forma remota, com a ocorrência da pandemia Covid-19. Por conta do contexto acima exposto, cerca de 25% dos casos que normalmente seriam ajuizados foram resolvidos administrativamente, de forma total ou parcial, o que repercute em significativa economia para o Sistema Único de Saúde (por intermédio das Secretarias de Saúde envolvidas), para a DPMG, para o Poder Judiciário, bem como, para os cidadãos interessados, em razão da celeridade no alcance de soluções.

Com relação às capacitações, destacamos abaixo algumas delas oferecidas pela Escola Superior da Defensoria Pública (ESDEP)

- Pacote anticrime
- Seminário de capacitação do programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte (PPCAAM)
- Sala de Espera –
 - 1ª Palestra - Violência Obstétrica
 - 2ª Palestra -A violência e o abandono da Mulher
- Capacitação Criminal – Presencial
- Defensoria Especializada da Segunda Instância e Trib. Superiores - Cível - “Jurisprudência Defensiva e as Negativas de Seguimento em Apelações e Agravo de Instrumento” – Plataforma TEAMS
- Defensoria Especializada da Segunda Instância - Criminal - “Sumulas impeditivas de recursos” – Plataforma TEAMS
- Live- “Atuação da Defensoria no Tribunal de Justiça Militar: Cível e Criminal”



- Defensoria Especializada da Segunda Instância e Trib. Superiores - Cível - “Gratuidade de Justiça na Jurisprudência Cível” – Plataforma TEAMS
- Defensoria Especializada da Segunda Instância - Criminal - “1ª parte -Temas criminais em que os recursos da DPMG vêm obtendo êxito” – Plataforma TEAMS
- Aspectos práticos do IAC (Incidente de Assunção de Competência) e IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas). Polêmicas do Agravo do Artigo 1030 do CPC
- Defensoria Especializada da Segunda Instância - Criminal - “HC observações necessárias a ampliar as possibilidades de concessão” – Plataforma TEAMS
- I Congresso Virtual Mineiro de Direito de Família e sucessões do IBDFAM/MG – Plataforma Zoom
- Defensoria Especializada da Segunda Instância - Criminal - “2ª parte Temas criminais em que os recursos da DPMG vêm obtendo êxito” – Plataforma TEAMS
- Curso de Criminalística - Local do crime, DNA forense e Balística forense
- Formação de Pregoeiros – FJP
- Curso Servidores/MGS
- Defensoria Especializada da Segunda Instância e Trib. Superiores - Cível Tema - “Ações Indenizatórias”
- Defensoria Especializada da Segunda Instância - Criminal - Tema - “Execução Penal Tendências nos Tribunais Superiores”
- Webinar – A reforma da Previdência do Servidor Público
- Alterações e Aditivos aos Contratos Administrativos
- Defensoria Especializada da Segunda Instância - Criminal - Tema - Estatísticas e Viabilidade de Teses Recursais No TJMG e nos Tribunais Superiores
- XXIV Congresso Nacional de Cerimonial e Protocolo
- Curso Formação de novos Defensores
- Curso Pregão Eletrônico – JML



- Fortalecendo sua missão na atuação extrajudicial, apresentamos abaixo alguns projetos desenvolvidos pela Defensoria Pública de Minas Gerais:

I Mutirão de Alteração de Prenome de Gênero de Pessoas Transgêneros da Defensoria Pública de Ituiutaba.

O Projeto “I Mutirão de Alteração de Prenome de Gênero de Pessoas Transgêneros, da Defensoria Pública de Ituiutaba” teve como objetivo realizar atendimento às pessoas transgêneros residentes na Comarca de Ituiutaba, para alteração do prenome e gênero junto ao Registro Civil, de forma extrajudicial.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Realizar pesquisa demográfica e econômico-social com as pessoas transgêneros que participarem do Mutirão para embasar a atuação da Defensoria Pública em outros projetos com a população Trans;
- Atuar na Educação em Direitos;
- Reposicionar e consolidar a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais como importante ator no acesso à ordem jurídica justa desta relevante parcela da população.



Defensoria Pública de Minas Gerais realiza o

**Mutirão de Alteração
de Prenome e Gênero
no Registro Civil em
*Ituiutaba***

**Inscrições:
8 a 22
Janeiro**

13h às 16h30
Avenida 11, nº 778 - Centro - Ituiutaba/MG
Tel. (34) 3261-0480.

* Ligue para informações sobre a documentação.

 **Prefeitura Ituiutaba**
Secretaria de Desenvolvimento Social

 **Cartório de Registro Civil de
Pessoas Naturais de Ituiutaba**

 **Cartório de Registro de
Imóveis de Ituiutaba**

 **UFU FACES
Serviço Social**

 **Centro Juvenil**

 **TJMG**

 **Associação das Mulheres do
Centro de Ituiutaba**

 **Ituiutaba**

Divulgação do período de inscrições



A Defensora Mônica A. da Costa entrega as certidões às participantes do projeto.



Casamento Comunitário

O projeto “Casamento Comunitário” promove a realização dos casamentos civis para casais hipossuficientes, possibilitando a estes a isenção das taxas cobradas pelos cartórios. Representa um dos projetos mais importantes da DPMG, devido ao seu alcance social.

Nesse ano, a meta era que projeto fosse executado nas seguintes unidades da Defensoria Pública:

- Barbacena – 51 (cinquenta e um) casais; em janeiro/2020 - evento REALIZADO
- Ribeirão das Neves – 42 (quarenta e dois) casais em março/2020 – evento REALIZADO
- Ituiutaba – 20 (vinte) casais, em outubro/2020; evento REALIZADO
- Vespasiano - 60 (sessenta) casais, em abril/2020.
- Montes Claros – 60 (sessenta) casais, em maio/2020;
- Belo Horizonte – 500 (quinhentos) casais, em maio/2020;
- Além Paraíba, no município de Pirapetinga - 20 (vinte) casais, em julho/2020;

Os eventos que já estavam em fase de inscrição ou em organização, tiveram que ser suspensos, em razão da pandemia da Covid-19. No mês de outubro foi possível realizar a cerimônia do evento em Ituiutaba.

Casamento Comunitário de Barbacena

Em uma bonita cerimônia, a Defensoria Pública (DPMG) e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos de Barbacena (Cejusc) realizaram o Casamento Comunitário em Barbacena no dia 24 de janeiro de 2020.

A solenidade ocorreu no Automóvel Clube da cidade, e formalizou a união de 51 casais.

Esta foi a primeira vez que o município recebeu a iniciativa, que teve o apoio de vários parceiros.



Casamento Comunitário de Ribeirão das Neves

No dia 06 de março, 42 casais de Ribeirão das Neves se uniram em uma cerimônia realizada pela Defensoria Pública no auditório da Cidade dos Meninos. Essa foi a segunda edição do Casamento Comunitário da unidade de Ribeirão das Neves.



Casamento Comunitário de Ituiutaba

Mais 16 casais realizaram o sonho de converter a união estável em casamento civil, por meio do Casamento Comunitário promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG).

A iniciativa foi realizada em Ituiutaba, pela Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC), da DPMG, em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas



Gerais (TJMG), por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) local, e a Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg).

A entrega das certidões aconteceu nesta quarta-feira (7/10), na unidade da Defensoria Pública na comarca, respeitando todas as medidas de isolamento impostas pelo novo coronavírus.



II Mutirão das Famílias de Belo Horizonte

O II Mutirão das Famílias de Belo Horizonte foi desenvolvido pela Coordenadoria de Família e Sucessões de Belo Horizonte sendo mais uma ação da DPMG voltada para solução consensual de conflitos. Os participantes fizeram inscrição antecipadamente e foi enviada uma carta-convite para a outra parte comparecer à Defensoria Pública. Foram agendadas 100 sessões de conciliação para o dia.



Vinte defensoras e defensores públicos fizeram 100 sessões de conciliação durante todo o dia.



Além do Divórcio Consensual, o acordo feito por Kellen e Rodrigo fixou também a pensão alimentícia do filho.

Rodrigo conta que com o mutirão tudo foi resolvido de forma fácil e rápida. “Correu tudo bem, sem estresse, sem briga e sem discussão. Acho que da forma que foi é um exemplo para o nosso filho”, disse o rapaz de 36 anos e pai do Vitor Samuel.

A ex-esposa Kellen também ficou satisfeita. “Tudo está encaminhado perante a lei agora. Já estava assim antes, tudo conciliado direitinho entre nós, mas como a lei exige documento, a gente veio fazer a nossa parte hoje”, contou.



A ação foi voltada para pessoas residentes em Belo Horizonte, com renda individual de três salários mínimos ou familiar até cinco salários.

Das 100 sessões de conciliação agendadas, 99 casais foram atendidos e houve uma desistência. Foram firmados 68 acordos, num percentual de quase 70%.

Para a garçonete Rute, que compareceu a convite de Wellington também para formalizar o divórcio, o sentimento é de segurança. “Resolvemos uma questão que precisava ser resolvida. Saio daqui me sentindo tranquila. O acordo foi bom para os dois”, contou.

A área de Família é uma das mais demandadas na Defensoria Pública mineira.

Aprendendo a Conciliar

O projeto Aprendendo a Conciliar, desenvolvido pela Defensoria Pública de Vespasiano, tem sua execução voltada para a propagação do conhecimento da solução extrajudicial de conflitos e para garantir o acesso a esse serviço pela população atendida pela Defensoria Pública de Minas Gerais, em Vespasiano.

É realizado por meio da Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep MG), com o apoio da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias e em parceria com a Faculdade da Saúde e Ecologia Humana (Faseh).

Em sua execução em 2020, estava prevista a capacitação de 12 (doze) alunos interessados, os quais se submeteriam ao curso objetivo e prático sobre soluções extrajudiciais de conflito, com enfoque na conciliação com instrumentos da mediação.



Após o curso teórico de 16 (dezesesseis) horas, os alunos atenderiam uma vez por semana quatro casos encaminhados pela Defensoria Pública, oportunidade em que colocariam em prática as técnicas atendidas. As horas práticas alcançariam o total de 32 (trinta e duas) horas.



Todas as conciliações seriam feitas com o acompanhamento do Defensor Público. À FASEH caberia o ônus de providenciar o espaço físico, divulgar o curso e reconhecer as horas como horas extracurriculares. À DPMG caberia o ônus de providenciar o curso, encaminhar os casos práticos, acompanhar as conciliações e entregar certificado de conclusão do curso aos alunos que obtiveram mais de 85% de frequência.

Devido à pandemia da COVID-19, a execução do projeto foi suspensa.

Projeto Sala de Espera

O projeto Sala de Espera, consiste em projeto exitoso da Defensoria Pública, de iniciativa da Defensora Pública aposentada, Eliane Medeiros, consiste em oferecer minipalestras para os assistidos da Defensoria Pública em Belo Horizonte, enquanto estes aguardam os atendimentos.



As palestras são ministradas por Defensores Públicos com participação também de convidados, tem o objetivo principal o de promover a educação em direitos abordando diversos temas, como: violência doméstica, direito do consumidor, direito de família, saúde, dentre outros.

Neste ano, o projeto foi realizado em março.

O projeto teve sua execução suspensão em razão da Pandemia pela COVID 19.



Sala de Espera
da DPMG

Minipalestras no salão de atendimento levam educação em direitos para os assistidos. Confira a programação

Março 2020

05/03 QUINTA APRESENTAÇÃO DO QUARTETO DE CORDAS PMMG Homenagem ao Dia Internacional da Mulher	10/03 TERÇA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA Palestrante: defensora pública Flávia Marcelle Torres F. de Moraes
11/03 QUARTA A VIOLÊNCIA E O ABANDONO DA MULHER PORTADORA DE CÂNCER Palestrante: Shirley Pereira dos Santos Vieira, assistente social	17/03 TERÇA ABORDAGEM SOBRE OS DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS A PROPOSITURA DE AÇÃO Palestrante: defensora pública Eliane Medeiros
18/03 QUARTA ABORDAGEM SOBRE OS DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS PARA A PROMOÇÃO DE DEFESA Palestrante: defensora pública Eliane Medeiros	24/03 TERÇA ASPECTOS GERAIS DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR DOS PAIS Palestrante: defensora pública Eliane Medeiros

8h30

Rua dos Guajajaras, nº 1707
Barra Preta - Belo Horizonte/MG
Atendimento sala de espera



O projeto trouxe leveza, empoderamento e autoestima ao público que esteve no dia 05/03, na Sede I da Defensoria Pública de Minas Gerais em Belo Horizonte. Quem passou pela sala de espera do Setor de Atendimento encontrou um ambiente alegre e festivo, com a presença do Quarteto de Cordas da Polícia Militar de Minas Gerais e das alunas do curso profissionalizante de maquiagem do Senac, parceiros na iniciativa.

A atividade, que abriu a retomada do projeto “Sala de Espera”, de educação em direitos da Defensoria mineira, foi promovida em celebração ao Dia Internacional da Mulher (8 de março), com o objetivo de homenagear as mulheres e levar boas energias para que continuem na luta pela manutenção de direitos já consagrados e pela conquista de outros, tão necessários ainda.



Conciliar em Família

O projeto Conciliar em Família em desenvolvimento pela Coordenação de Família e Sucessões de Belo Horizonte tinha como objetivo realizar sessões de conciliações relativas a questões de Direito de Família.

Pelo cronograma inicial o projeto seria executado nas seguintes datas:

- 13, 20 e 27 de março/2020;
- 03, 17 e 24 de abril/2020;
- 08, 15 e 29 de maio/2020;
- 05, 19 e 26 de junho/2020.

Foi realizada a atividade prevista para a data de 13 de março de 2020. As demais foram suspensas em razão da pandemia da Covid-19.

Mutirão Para Retificação de Nome e Gênero de Pessoas Transexuais e Travestis - de Belo Horizonte – edição 2020

O projeto em desenvolvimento pela Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais de Belo Horizonte, tendo como gestor, o Defensor Público, Vladimir de Souza Rodrigues, tem como objetivo promover a retificação de nome e gênero de 200 pessoas transexuais e travestis, de forma a proporcionar a inclusão social e resgatar, entre outros, a autoestima.

**OBJETIVO GERAL:**

- Busca tornar possível ao cidadão, principalmente ao vulnerável, o pleno exercício da cidadania, através da retificação de nome e gênero, acertando sua identidade de gênero pela via extrajudicial.

De acordo com o cronograma do projeto a execução estava prevista para o período de fevereiro a abril/2020, entretanto, em razão da pandemia da Covid-19, suas atividades tiveram que ser suspensas.

Caminho para o Recomeço

O projeto “Caminho para o Recomeço” desenvolvido pela Defensoria Pública de Conselheiro Lafaiete, tem o objetivo de promover a arrecadação de gêneros alimentícios e itens de higiene e limpeza para famílias de pessoas presas e egressos do sistema penal em situação de vulnerabilidade financeira, bem como para as demais famílias vulneráveis cadastradas na Rede Família formada em parceria com o Ministério Público e as diversas entidades beneficentes do município.

As doações previstas no projeto tem como objetivo ainda ajudar as famílias em razão da difícil situação enfrentada devido à pandemia da Covid-19.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Auxiliar a subsistência das vítimas secundárias do sistema penal (famílias dos condenados);
- Auxiliar a subsistência das famílias em situação de vulnerabilidade financeira do município;
- Contribuir para a emancipação da vida do crime afastando a necessidade como determinismo para o caminho tido por transgressor;
- Contribuir para o cumprimento de pena com dignidade, na medida em que o apenado tem conhecimento de que sua família não está em desamparo material.



As doações previstas para o projeto Caminho para o Recomeço ocorreram durante os meses de junho a dezembro de 2020. Durante este período devido ao volume arrecadado as doações deverão acontecer ainda em alguns meses de 2021.

A DPMG promoveu a primeira campanha de arrecadação dos donativos a partir do dia 11 de maio/2020 até o dia 10 de junho/2020.

O projeto beneficiou cerca de 45 famílias mensalmente.

A Instituição Movimento Familiar Cristão de Conselheiro Lafaiete - MFC/CL, colabora com a organização armazenamento e distribuição dos itens arrecadados às famílias beneficiadas.



A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em Conselheiro Lafaiete iniciou no dia 25/06/2020 a entrega dos donativos arrecadados por meio do projeto “Caminho para o Recomeço”.

Também foram parceiros do projeto: Servas, Super Cesta Básica de Alimentos e Mesa Brasil Sesc, que cestas básicas, itens de higiene e limpeza, produtos de hortifrúti, leite, biscoitos, panetones, balas e roupas.



Nas fotos acima, os produtos arrecadados na primeira campanha e a entrega pela Defensoria Pública, gestora do projeto, Dra. Isabela Salomão, à assistida do projeto.

Defensoria Pública nas Escolas de Ensino Médio

O projeto em desenvolvimento pela 38ª Defensoria Cível de Belo Horizonte, por meio da Defensora Pública, Camila Lorga Ferreira de Mello, teve como objetivo promover a educação em direitos por meio de palestras e aulas, a serem ministradas, virtualmente, a alunos de escolas pública e particulares de Belo Horizonte.



**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Levar conhecimento jurídico, social e de cidadania aos jovens adolescentes de escolas públicas e privadas;
- Evitar litígios futuros;
- Divulgar o papel da Defensoria Pública junto à sociedade, suas áreas de atuação, público assistido.

O projeto divulga o conhecimento e difundi a atuação extrajudicial.

Com conteúdos gravados em vídeo por defensores públicos e disponibilizados nos ambientes virtuais das escolas, a Defensoria Pública de Minas Gerais levou temas como saúde, relações contratuais e de consumo, entre outros, para alunos do ensino médio.

A defensora pública Camila Lorga Ferreira de Mello, em atuação na área Cível da Capital e idealizadora do projeto, em conjunto com a Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC), explica que os temas escolhidos têm por finalidade estimular a educação em direitos em um público que, em breve, estará no mercado de trabalho e nas universidades. A primeira videoaula foi gravada no dia 22 de outubro, no auditório da DPMG, na sede de Belo Horizonte. Outras quatro foram gravadas no mês de novembro.



A defensora pública Camila de Mello grava a primeira aula do ciclo “A Defensoria nas Escolas do Ensino Médio”



“Além de ajudar na escolha profissional, pois os alunos conhecerão um pouco mais sobre a atuação do defensor público e a finalidade da Defensoria Pública, a proposta é que possam desempenhar também o papel de multiplicadores do conhecimento, levando as informações para familiares e amigos.

De acordo com a defensora pública, neste início o projeto são cinco escolas cadastradas, mas o objetivo é expandir para mais instituições de ensino médio e, também, para de ensino superior. Cada aula terá a duração média de 40 minutos, com o tema apresentado por um defensor público.

Os primeiros conteúdos foram: “Conhecendo a Defensoria Pública e suas áreas de atuação”, com Camila Lorga; “Defensoria Pública da Saúde”, com Bruno Barcala Reis; “Direito do Consumidor”, com Lucas Diz Simões; “Direito de Família”, com Alessandra Pereira Eler; e “Como elaborar um contrato”, com Marco Paulo Denucci. O projeto tem prazo de execução até setembro/2021.

Projeto Despertar

O projeto que está sendo executado pelo Centro Psicossocial e tem como objetivo elaborar cartilhas para informar, orientar e esclarecer dúvidas comuns, com relação questões básicas que afetam o dia-a-dia dos assistidos e incentivar a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Promover a educação em direitos;
- Divulgar a prestação jurídica oferecida pela Defensoria Pública em suas diversas áreas de atuação;
- Informar ao assistido da Defensoria Pública endereços e telefones de Unidades da DPMG, bem como de outras entidades parceiras, que prestam atendimento ao cidadão hipossuficiente ou em situação de vulnerabilidade social.



Serão elaboradas cartilhas sobre os seguintes temas:

- Violência doméstica, do idoso e intrafamiliar;
- Alienação parental e a importância dos pais na vida do filho;
- Importância da família no cuidado ao idoso;
- Orientações sobre visitas em Unidades Prisionais, direitos e deveres da pessoa privada de liberdade, dentre outras.

Projeto Gente Inocente

O projeto Gente Inocente , executado pela Defensoria Pública de Janaúba, teve como objetivo realizar campanha de arrecadação de brinquedos e alimentos para doar as vítimas do incêndio, ocorrido em 05 de outubro de 2017 na Creche Gente Inocente, em Janaúba.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Promover a cidadania e a valorização da pessoa humana (os atingidos pelo incêndio não tem acesso a diversos direitos);
- Auxiliar na subsistência das famílias das vítimas em situação de vulnerabilidade financeira;
- Levar às crianças atingidas pelo incêndio, tão sofridas, um pouco de alegria com a distribuição de brinquedos arrecadados pela instituição, por meio da campanha, no dia das Crianças.

No dia 5 de outubro, data que marca o terceiro ano do incêndio da creche Gente Inocente, em Janaúba, no Norte do estado, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) fez a entrega das doações arrecadadas na 4ª campanha promovida pela Instituição voltada para as crianças e familiares dos sobreviventes da tragédia.

O defensor público Gustavo Dayrell, que atua na comarca e está à frente das ações judiciais e iniciativas extrajudiciais e sociais da DPMG relacionadas ao caso, fez a entrega simbólica dos itens arrecadados ao presidente da Associação das Vítimas da Tragédia em Janaúba



Com a ajuda de parceiros, foram arrecadados 264 cestas básicas, cerca de 100 brinquedos e mais de 70 kits de higiene.

A Associação fará a distribuição das doações para as famílias atingidas pelo incêndio até 12 outubro, Dia das Crianças. Neste ano a entrega será feita de forma individual seguindo orientações das autoridades sanitárias para prevenção da Covid-19.

Gustavo Dayrell explica que a Defensoria de Minas Gerais estabeleceu uma relação de confiança com os atingidos e vem acompanhando de forma permanente a situação deles. “Os alimentos vêm em um momento importante, devido à dificuldade em que as famílias se encontram, com a pandemia e o aumento do custo de itens de supermercado”, acrescenta o defensor público.



Mutirão Direito a Ter Pai – 8ª Edição Estadual

O objetivo do projeto é a regularização dos registros de nascimento das crianças/adultos sem pai ou mãe declarado, mediante tentativas de acordo para fins de reconhecimento voluntário e realização de exames de DNA gratuitos.

Tem como objetivo ainda, garantir à criança, ao adolescente e ao adulto o direito a ter o nome do pai em seu registro de nascimento por meio de ações efetivas voltadas a esse fim, promovendo, não só o reconhecimento da paternidade, mas a conscientização quanto a importância da aproximação entre pais e filhos, possibilitando ainda a reconstrução de vínculos afetivos, que são de extrema importância a formação do ser humano.



Cartaz de divulgação do Mutirão Direito a Ter Pai

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Realizar atendimento, de forma REMOTA, aos assistidos da DPMG prestando-lhes todas as informações necessárias sobre a questão da paternidade, enfatizando direitos e deveres de pais e filhos;
- Promover a conscientização da aproximação da criança e do adolescente com o seu pai, construindo o vínculo afetivo entre eles;
- Sensibilizar os pais sobre a importância de se registrar os filhos e participar na formação dos menores.

Em 2020, o “Mutirão Direito a Ter Pai” foi realizado em 33 unidades da Defensoria Pública, sendo em Belo Horizonte e 32 comarcas.

Os exames foram custeados pela Defensoria Pública, somente em Uberlândia houve doação de exames por parceiro local.

O contato com Lourisvaldo foi todo feito pela Defensoria Pública e, para facilitar seu acesso à sessão virtual de reconhecimento de paternidade, a plataforma utilizada foi a chamada de vídeo por meio do Whatsapp.

No dia 23 de setembro, data agendada para a sessão virtual, o defensor público e coordenador local da unidade da DPMG, Frederico Piclum, acompanhado pela assistida Flávia, fez a chamada para Lourisvaldo, apresentou-se, explicou novamente sobre o mutirão e perguntou se ele reconhecia a Flávia como filha dele, de livre e espontânea vontade.





O “Mutirão Direito a Ter Pai” possibilitou o reconhecimento espontâneo de paternidade de pai e filha a 1000 km de distância.

O formato virtual adotado pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) para a realização da 8ª edição estadual do “Mutirão Direito a Ter Pai” tem funcionado bem e, além de possibilitar a participação dos cidadãos de forma segura, tem viabilizado também que filhos, pais e supostos pais possam oficializar a situação ainda que estejam em cidades diferentes.

Foi dessa forma que o “Mutirão Direito a Ter Pai” transpôs os cerca de 1.100 quilômetros de distância que separavam Flávia Pereira dos Santos e Lourisvaldo Teixeira da Cruz, preenchendo a lacuna de mais de 40 anos que havia na certidão de nascimento da assistida.

Residente em Caxambu, Flávia entrou em contato por meio do Whatsapp da unidade da Defensoria Pública na comarca e recebeu todas as orientações sobre a documentação necessária.

Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção

O projeto Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção está sendo desenvolvido pela Defensoria Pública da Família de Betim e pela Defensoria Especializada na Pessoa Idosa e com Deficiência de Belo Horizonte, tendo como gestores os defensores, Luis Renao B. Arêas e Estevão Machado Carvalho.

Participação ativa da Defensoria Pública na criação, estruturação, implementação e condução da Rede de Proteção Permanente entre as Instituições do Sistema de Justiça e Instituições Públicas e Privadas atuantes nos direitos das pessoas com deficiência. Através da estruturação da rede pretende-se realizar na prática os direitos das pessoas com deficiência no plano municipal, estadual e federal servindo de suporte, por meio da atuação extrajudicial (incluindo a educação em direitos) às diversas instituições representativas e assistidos com deficiência (e suas famílias) para a efetivação dos direitos, principalmente naquelas Comarcas mais carentes.

O Projeto será executado em parceria com o TJMG e tem prazo de execução até novembro de 2022.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Institucionalização do Projeto Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção
- Legitimação da Defensoria Pública como criadora, incentivadora e gestora da Rede de Proteção.
- Aplicação da metodologia do projeto nas Comarcas que tiverem interesse no apoio oferecido, através da atuação extrajudicial em educação em direitos (palestras), capacitação e estruturação da rede local de proteção aos direitos das pessoas com deficiência.
- Elaboração de Termo de Cooperação Técnica entre as Instituições integrantes da Rede de Proteção no intuito de efetivar os direitos das pessoas com deficiência.
- Aplicação da metodologia do projeto nas Comarcas que tiverem interesse no apoio oferecido, através da atuação extrajudicial em educação em direitos (palestras), capacitação e estruturação da rede local de proteção aos direitos das pessoas com deficiência.
- Elaboração de Termo de Cooperação Técnica entre as Instituições integrantes da Rede de Proteção no intuito de efetivar os direitos das pessoas com deficiência.
- Traçar estratégias com a ASCOM para proporcionar com regularidade a educação em direitos em relação à temática das pessoas com deficiência através da imprensa escrita, televisiva e rádio.
- Participar de forma ativa e regular em todos os espaços públicos ou privados em que se discutam os direitos das pessoas com deficiência, assumindo a Defensoria Pública o papel de guardião dos direitos deste grupo vulnerável conforme estipulado no art. 79 da Lei Brasileira de Inclusão.
- Criar a Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência no CONDEGE (Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais).

I Mutirão das Famílias de Ituiutaba

O objetivo do projeto é realizar o 1º Mutirão das Famílias em Ituiutaba, ampliando a atuação extrajudicial da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar conciliações em demandas relativas à Curatela, Resíduo, Alimentos,
- Execução de Alimentos, Reconhecimento e Dissolução de União Estável,
- Reconhecimento e Investigação de Paternidade, Divórcio, Guarda e obtenção de certidão de óbito;
- Reduzir a demanda represada;
- Reduzir o tempo de espera para a prestação jurisdicional.

O I Mutirão das Famílias de Ituiutaba pretende realizar 100 sessões de conciliação, no período de 11/01/2020 a 04/02/2020. O projeto busca garantir a satisfação dos assistidos, por ser um meio mais célere e eficaz na solução do conflito. O projeto será executado preferencialmente de forma virtual.



ATENDIMENTOS ITINERANTES

Raposos – 31/01/2020

No dia 31 de janeiro de 2020, sexta-feira, uma equipe de defensoras e defensores públicos de Minas Gerais esteve em Raposos, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, prestando atendimento às comunidades atingidas pelas chuvas.



Os moradores apontaram a necessidade de fornecimento de cestas básicas e reivindicam algum tipo de isenção da Cemig e da Copasa. Também foram feitos vários questionamentos sobre saque de FGTS. A perda de documentos foi outro problema bastante reportado pela população.

Os seis defensores públicos que participam da ação realizaram na parte da manhã mais de 50 atendimentos, muitos de pessoas que perderam tudo com as chuvas.



Além da assistência prestada no ônibus da Defensoria Pública Itinerante, os defensores públicos foram até um abrigo no município para auxiliar as pessoas que estavam alojadas.

Os defensores puderam identificar ainda quais foram as principais demandas da população naquele momento.

Várias moradias estão com barro até o teto e o grande gasto de água e luz por causa da limpeza das casas é uma das preocupações.



**Passos – 07/03/2020**

A Defensoria Itinerante da DPMG realizou no dia 7 de março, em Passos, o “Sábado da Cidadania: em Comemoração ao Dia das Mulheres”. O atendimento foi feito com o apoio da van itinerante, na Rua Vereador Magalhães Silveira, no bairro Cohab IV, próximo à Escola Municipal Silas Roberto Figueiredo.



Três defensores públicos, dois funcionários e uma estagiária, além do motorista, participaram da ação. Foram feitos 18 atendimentos jurídicos aos cidadãos, divididos



da seguinte forma nas áreas Cível (5), Família (4); Execução Penal (4); Infância e Juventude (3) e criminal (2).

Papagaios – 10/03/2020

Sessenta e três pessoas foram atendidas pela Defensoria Itinerante em Papagaios, no último dia 10 de março. A iniciativa da Defensoria Pública de Minas Gerais em Pitangui teve como objetivo levar a prestação de serviços à população daquele município, que fica a 39 km de distância.

Dos 63 atendimentos, 55 se referiram às áreas de Família e oito da Criminal. Destes, serão propostas 26 ações. Foi realizado ainda um reconhecimento voluntário de paternidade e dois acordos referentes a processos já em andamento. Pessoas que já vinham sendo atendidas pela Defensoria também foram contempladas na ação.

O atendimento foi realizado na sede da Uaitec de Papagaios. Participaram a defensora pública Patrícia Mesquita Amaral, a servidora Paula Diniz e dez estagiários de Direito: Ana Luiza Barcelos, Geraldo Magela Vitor Junior, Geyson Amaral, Isabela Gonçalves, Luiza de Vasconcelos, Odilon de Faria Neto, Rafaela Faria, Augusto Braga, Renato Soares e Leidiane Soares.





Belo Horizonte – 03/11/2020

O atendimento itinerante aconteceu no dia 03/11/2020, terça-feira, e participaram as defensoras estaduais Cleide Aparecida Nepomuceno, Ana Flávia Oliveira Freitas e Luciana Vieira, além do defensor da União, Estevão Ferreira Couto.

Durante os atendimentos foi apurado que muitas das famílias não puderam se beneficiar do Bolsa Merenda, do Governo Estadual, por não possuírem CEP e por dificuldades em se cadastrarem no programa pela via digital. Também foi verificado que a maioria das famílias da Ocupação Esperança e Vitória, em Belo Horizonte, não tiveram acesso às cestas básicas oferecidas pelo município. Muitos moradores reclamaram, ainda, da falta de água e de luz. Houve grande procura por orientações e dúvidas sobre o Auxílio Emergencial do Governo Federal.

No total, foram feitos cerca de 60 atendimentos. A Defensoria Estadual entrará em contato com os órgãos municipais e estaduais responsáveis pelos programas assistenciais, Cemig e Copasa, para buscar uma solução administrativa que garanta o acesso dos moradores do Isidoro.



Belo Horizonte / Ocupação Rosa Leão – 10/11/2020

A Defensoria Pública de Minas Gerais e a Defensoria Pública da União (DPU) realizaram atendimento na Ocupação Rosa Leão, por meio da Defensoria Itinerante. Pela DPMG, participou da ação a Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), por meio da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC).

O atendimento itinerante aconteceu na terça-feira (10/11) e participaram a defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno, de Minas Gerais, e o defensor da União, Estevão Ferreira Couto.



Além de ouvir a comunidade, a fim de apurar se estão tendo acesso aos programas assistências nos três níveis de esfera governamental (cestas básicas, ofertadas pelo Município; auxílio merenda, do Estado; e auxílio emergencial, do Governo Federal), foram feitos também atendimentos de diversos assuntos na área de família. No total, foram realizados cerca de 50 atendimentos.





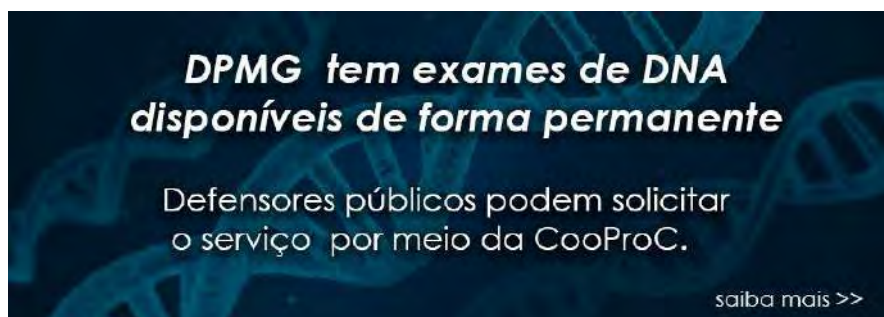
Contrato para realização de exames de DNA

A Defensoria Pública firmou, em 2019, contrato com o Laboratório Hermes Pardini para realização de exames de DNA.

Com o investimento, as unidades da DPMG poderão solicitar, durante todo o ano, a realização de exames de DNA, por meio da Coordenação de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC).

A intenção é que a maioria das demandas relacionadas à paternidade (investigação ou negatória) recebidas pela Instituição seja solucionada, preferencialmente, pela via extrajudicial.

A iniciativa é um desdobramento de uma das ações do Projeto Estratégico nº 01 – Plano de Ação Extrajudicial do Planejamento Estratégico 2018-2023 e do Plano de Ação nº 22 – Atuação Extrajudicial do PGA 2019/2020.



Na intranet, na aba da CooProC foram disponibilizadas todas as orientações, por meio do Memorando Circular nº 002/2019, que os defensores tenham acesso aos serviços.

**Exames realizados durante o ano de 2020**

Mês	Quantidade de exames realizados
Janeiro	3
Fevereiro	0
Março	13
Abril	0
Maio	2
Junho	20
Julho	5
Agosto	11
Setembro	4
Outubro	57
Novembro	190
Dezembro - estimado	200
TOTAL	505



- g) demonstração da composição dos recursos do órgão, tendo como fonte os recursos ordinários, os vinculados e os diretamente arrecadados, evidenciando-os, por procedência, bem como os grupos de despesas em que foram aplicados.
- **Apresentamos as informações referentes a composição dos recursos ocorridos em 2020 desta Defensoria, de acordo com o demonstrativo anexo (Quadro I) a seguir.**



PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO 2020

QUADRO I

ÓRGÃO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXERCÍCIO: 2020

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS POR FONTE E GRUPO DE DESPESA

FONTE	PROCEDÊNCIA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL
10	1	358.005.361,00	0,00	62.825.846,00	8.000.000,00	0,00	0,00	428.831.207,00
10	7	0	0,00	11.900.000,00	0,00	0,00	0,00	11.900.000,00
10	9	1.000,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	1.000,00
42	5	49.370.130,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	49.370.130,00
43	5	32.341.967,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	32.341.967,00
58	5	28.287.903,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	28.287.903,00
60	1	0	0,00	811.691,00	0,00	0,00	0,00	811.691,00
TOTAL		468.006.361,00	0,00	75.537.537,00	8.000.000,00	0,00	0,00	551.543.898,00

Fonte: Relatórios SIAF/RFAE 356; 354 e 654, dez/2018.

* Para os Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, consideram-se recursos recebidos para fins deste anexo, as receitas diretamente arrecadadas, as vinculadas e os duodécimos efetivamente repassados no exercício, destinadas a realização das despesas orçamentárias.

(*) No exercício de 2020 não houve adição de Crédito Adicional.

(*) No exercício de 2020 não houve abertura de Crédito para a receita de Alienação de Bens decorrentes de leilões, ainda que tenha ocorrido arrecadações no total de R\$ 38.070,00, restando como saldo financeiro do exercício.

ESPECIFICAR A UNIDADE ORÇAMENTÁRIA TRANSFERIDORA NO CASO DA PROCEDÊNCIA:

1 - Recursos Ordinários para livre utilização - F/P 10.1.

2 - Recursos Vinculados - F/P 24.1 : Convênios, Acordos e Ajustes

3 - Recursos recebidos para Benefícios Previstos no Art. 39 da LC 64/2002 - F/P 58-5.

4 - Recursos recebidos para benefícios previstos no Art. 38 da LC 64/2002 - F/P 42.5(Patronal) e 43.5(Servidor) para o FUNFIP

5 - Recursos recebidos de Instituição Privada (Banco do Brasil S/A) - F/P 45.1

6 - Recursos recebidos de Alienação de Bens Móveis - F/P 47.1

7 - Recursos Diretamente Arrecadados - F/P 60.1: provenientes de juros de aplicação financeira e de outras restituições.

8 - Recursos Diretamente Arrecadados com vinculação específica - 61.1

9 - Precatórios e sentenças judiciais - F/P 10.9

Belo Horizonte, 5 de maio de 2021.

LOCAL E DATA:

ITAMAR LELLIS
MAGALHÃES:3741683Assinado de forma digital por ITAMAR LELLIS
MAGALHÃES:3741683
Data: 2021.05.24 09:20:58 -03'00'

ITAMAR LELLIS MAGALHÃES - CRCMG N.º 74.705

GERIO PATROCÍNIO
SOARES:00118951602Assinado de forma digital por GERIO PATROCÍNIO
SOARES:00118951602
Data: 2021.05.24 15:07:28 -03'00'

GERIO PATROCÍNIO SOARES - MAEP: 0669



h) demonstração do comprometimento da receita corrente líquida com a despesa total de pessoal, incluindo, se houver, a contratação de pessoal apropriada como Outras Despesas de Pessoal e descrevendo as medidas corretivas adotadas, ou a adotar, quando ultrapassados os limites da despesa de pessoal definidos para o órgão;

- **Informamos que a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais tem cumprido rigorosamente as publicações dos demonstrativos atinentes à alínea no exercício de 2020, a partir da exigência legal e orientação do Executivo Estadual.**
- **Base legal: Artigos 54 e 55 da LRF/2000 e portaria STN nº 553 de 22/09/2014.**
- **Consulta do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi de 11/05/2015:**

A Emenda Constitucional nº 45, de 2004, assegurou à Defensoria Pública Estadual autonomia funcional e administrativa e iniciativa de proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na LDO; e a EC nº 74/2013 conferiu autonomia orçamentário-financeira à Defensoria Pública da União e do Distrito Federal. Em que pese as defensorias públicas não possuírem limites expressos na LRF, visto que sua inclusão como órgão de autonomia orçamentário-financeira ocorreu após a edição da LRF, o órgão deverá preencher os demonstrativos do RGF, tendo em vista a determinação contida no Acórdão nº 2153/2014 – TCU – Plenário. **Os demonstrativos a serem preenchidos são o da despesa com pessoal e da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar, conforme modelo apresentado neste manual**, não preenchendo, entretanto, os campos relativos aos limites. Por oportuno, vale ressaltar que, para fins de limites da LRF, os dados relativos às defensorias públicas deverão estar contemplados nos demonstrativos do RGF do Poder Executivo.

Atenciosamente,
Administrador Siconfi

- **Em anexo, cópia (imagem) do Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2020, publicado no jornal “Minas Gerais” de 29/01/2021. E, a cópia em PDF deste, segue no final da alínea “k”.**

PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO 2020

siconfi
Tesoro Nacional

Distrito de Brasília
Cidade de Brasília
do Setor Público Brasileiro

Relatório de Gestão Fiscal

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (Poder Defensoria Pública)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.3 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Defensoria Pública

Descrição da Conta		Análise de Despesas (R\$)												Total	
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Despesas com Pessoal	Salários e Benefícios	1.200.000,00	1.300.000,00	1.400.000,00	1.500.000,00	1.600.000,00	1.700.000,00	1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	2.200.000,00	2.300.000,00	2.400.000,00	2.500.000,00
	Outras Despesas com Pessoal	500.000,00	550.000,00	600.000,00	650.000,00	700.000,00	750.000,00	800.000,00	850.000,00	900.000,00	950.000,00	1.000.000,00	1.050.000,00	1.100.000,00	
	Despesas com Pessoal	1.700.000,00	1.850.000,00	2.000.000,00	2.150.000,00	2.300.000,00	2.450.000,00	2.600.000,00	2.750.000,00	2.900.000,00	3.050.000,00	3.200.000,00	3.350.000,00	3.500.000,00	3.600.000,00
	Despesas com Pessoal	1.700.000,00	1.850.000,00	2.000.000,00	2.150.000,00	2.300.000,00	2.450.000,00	2.600.000,00	2.750.000,00	2.900.000,00	3.050.000,00	3.200.000,00	3.350.000,00	3.500.000,00	3.600.000,00
Despesas com Materiais	Matérias-primas	300.000,00	320.000,00	340.000,00	360.000,00	380.000,00	400.000,00	420.000,00	440.000,00	460.000,00	480.000,00	500.000,00	520.000,00	540.000,00	560.000,00
	Outros Materiais	100.000,00	110.000,00	120.000,00	130.000,00	140.000,00	150.000,00	160.000,00	170.000,00	180.000,00	190.000,00	200.000,00	210.000,00	220.000,00	230.000,00
	Despesas com Materiais	400.000,00	430.000,00	460.000,00	490.000,00	520.000,00	550.000,00	580.000,00	610.000,00	640.000,00	670.000,00	700.000,00	730.000,00	760.000,00	790.000,00
	Despesas com Materiais	400.000,00	430.000,00	460.000,00	490.000,00	520.000,00	550.000,00	580.000,00	610.000,00	640.000,00	670.000,00	700.000,00	730.000,00	760.000,00	790.000,00
Despesas com Energia	Energia Elétrica	200.000,00	210.000,00	220.000,00	230.000,00	240.000,00	250.000,00	260.000,00	270.000,00	280.000,00	290.000,00	300.000,00	310.000,00	320.000,00	330.000,00
	Outros Serviços de Energia	100.000,00	110.000,00	120.000,00	130.000,00	140.000,00	150.000,00	160.000,00	170.000,00	180.000,00	190.000,00	200.000,00	210.000,00	220.000,00	230.000,00
	Despesas com Energia	300.000,00	320.000,00	340.000,00	360.000,00	380.000,00	400.000,00	420.000,00	440.000,00	460.000,00	480.000,00	500.000,00	520.000,00	540.000,00	560.000,00
	Despesas com Energia	300.000,00	320.000,00	340.000,00	360.000,00	380.000,00	400.000,00	420.000,00	440.000,00	460.000,00	480.000,00	500.000,00	520.000,00	540.000,00	560.000,00
Despesas com Manutenção	Manutenção de Equipamentos	150.000,00	160.000,00	170.000,00	180.000,00	190.000,00	200.000,00	210.000,00	220.000,00	230.000,00	240.000,00	250.000,00	260.000,00	270.000,00	280.000,00
	Outros Serviços de Manutenção	50.000,00	55.000,00	60.000,00	65.000,00	70.000,00	75.000,00	80.000,00	85.000,00	90.000,00	95.000,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00
	Despesas com Manutenção	200.000,00	215.000,00	230.000,00	245.000,00	260.000,00	275.000,00	290.000,00	305.000,00	320.000,00	335.000,00	350.000,00	365.000,00	380.000,00	395.000,00
	Despesas com Manutenção	200.000,00	215.000,00	230.000,00	245.000,00	260.000,00	275.000,00	290.000,00	305.000,00	320.000,00	335.000,00	350.000,00	365.000,00	380.000,00	395.000,00
Despesas com Aluguel	Aluguel de Imóveis	100.000,00	110.000,00	120.000,00	130.000,00	140.000,00	150.000,00	160.000,00	170.000,00	180.000,00	190.000,00	200.000,00	210.000,00	220.000,00	230.000,00
	Outros Serviços de Aluguel	50.000,00	55.000,00	60.000,00	65.000,00	70.000,00	75.000,00	80.000,00	85.000,00	90.000,00	95.000,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00
	Despesas com Aluguel	150.000,00	165.000,00	180.000,00	195.000,00	210.000,00	225.000,00	240.000,00	255.000,00	270.000,00	285.000,00	300.000,00	315.000,00	330.000,00	345.000,00
	Despesas com Aluguel	150.000,00	165.000,00	180.000,00	195.000,00	210.000,00	225.000,00	240.000,00	255.000,00	270.000,00	285.000,00	300.000,00	315.000,00	330.000,00	345.000,00

Documento gerado em 22/01/2021 15:10:09

Página 1 de 4

siconfi Unione delle Confessioni
Comunità e Movimenti
di base 2020 e 2021
Testo Nazionale

Relatório de Gestão Fiscal

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (Poder Defensoria Público)

Organismos Fiscoal e da Seguridade Social

CNP-I-

Exercicio: 2020

Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.8 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Defensoria Pública

Notas Explicativas	Notas Explicativas	Valores Dinheiro
Notas Explicativas		
Notas Explicativas		Notas: (1) São todas despesas registradas em Faturas e Pagamento Processados, não sendo, portanto, relativos à folha de Payroll; (2) D.E.A. São despesas relativas ao Folha de Indentação, PPA-Incrementos recebidos imediatamente, Incrementos de Indentação e Indentação; (3) Despesas com viagens, as faturas da B.R. em 2010 e 2011 e a B.R. em 2012 de 2011 (ano de 2010).



PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO 2020

siconfi
Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro
TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (Poder Defensoria Pública)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa		
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - c + d + e)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (i)	40.265.142,72	173.085,20	1.765.153,08	563.387,25	0,00	40.265.028,28	12.555.125,08	0,00	27.709.903,20
Recursos Ordinários	35.881.455,23	173.085,20	1.765.153,08	563.387,25		34.255.945,30	12.555.125,08		21.702.820,22
Outros Recursos Não Vinculados	5.122.588,59					5.122.588,59			5.122.588,59
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (j)	108.871,28	0,00	0,00	0,00	0,00	108.871,28	0,00	0,00	108.871,28
Recursos Vinculados ao PPF									
Recursos de Operações de Crédito									
Recursos de Aterramento de Obras/Águas	105.833,59					105.833,59			105.833,59
Recursos Vinculados a Provisões									0,00
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais									0,00
Outros Recursos Vinculados	2.817,29		0,00			2.817,29			2.817,29
TOTAL (h) = (i + j)	40.265.028,28	173.085,20	1.765.153,08	563.387,25	0,00	40.265.028,28	12.555.125,08	0,00	27.709.903,20


siconfi Sistema de Informação por Contabilidade e Planos do Setor Público Brasileiro
Tesouro Nacional

Relatório de Gestão Fiscal
Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (Poder Defensorial Público)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

[illegible]

RGE-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Resultado Corrente Líquido	Valor R\$ e Dólar/Unidade
Resultado Corrente Líquido	Valor R\$ e Dólar/Unidade
Resultado Corrente Líquido	
Resultado Corrente Líquido ajustado para Efeitos dos Linhas de Desconto com Passivo	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	VALOR	Valor Realizado no Período % SOBRE A PCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal		
Despesa Total com Pessoal - DTP	25.246,00	
Límite Máximo (Inciso I, § 6º art. 20 da LPP) -<=		
Límite Prudencial (parágrafo único art. 20 da LPP) -<=		
Límite de Anulação (Inciso II do art. 20 da LPP) -<=		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Folha 3 Pagar	Folha 3 Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RENTES A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A IMBUIÇÃO) (EM RENTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Folha 3 Pagar		
Valor Total	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Nota Explicativa	Valor Iniciado
Nota Explicativa	-

EXERCÍCIO 2020


Relatório de Gestão Fiscal
Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (Poder Defensoria Pública)
Órgãos Fiskal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.3 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Defensoria Pública

Notas Explicativas	Valores millonados
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	Notas: (1) No tiene el desglose registrado en Notas a Pagar por Proveedor, como periodo, relativos a fecha de Pagar; (2) D.E.A. No de gastos relativos al Pagar de industria, PPA-Expendiente no de gastos acumulados, incrementos de gastos y otros; (3) De gastos acumulados no de gastos de 11 de 2010 y 12 de 2010 a 12 de 2010 de 12 de 2010.

**RGF DPMG - 3º Quadrimestre 2020**

João Gabriel Melo Alves <joao.alves@defensoria.mg.def.br>

Qua, 27/01/2021 16:01

Para: Itamar Magalhaes <itamar.magalhaes@defensoria.mg.def.br>

Cc: Diego Sousa <diego.sousa@defensoria.mg.def.br>

📎 2 anexos (53 KB)

Public.3º quadr 2020 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL_DespesaComPessoal.docx; RGF 3º quadrimestre 2020 public.Disponibilidade.docx;

Prezado Diretor,

boa tarde!

Segue abaixo, análise acerca do acompanhamento dos demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG), referente ao 3º quadrimestre de 2020.

Encaminho-lhe, anexos, os demonstrativos fiscais contendo sugestões para sua apreciação.

Atenciosamente,

João Gabriel Melo Alves

Auditoria Interna

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Rua Bernardo Guimarães, 2.731, 3º andar – Bairro Lourdes

30.140.085 – Belo Horizonte, Minas Gerais

www.defensoria.mg.def.br | Facebook e Instagram: @defensoriamineira

ACOMPANHAMENTO DOS DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**1 – Introdução**

Em cumprimento às disposições estabelecidas pelos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, e às Instruções nº 01/2001 e nº 05/2001 do TCEMG – que estabelecem procedimentos relativos à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), referente a despesas com pessoal –, apresentamos os resultados da revisão dos demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), relativo ao 3º quadrimestre de 2020, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, elaborado pela Diretoria de Finanças, Pagamento e Contabilidade.

Este trabalho foi desenvolvido com base nos procedimentos definidos na 10ª edição do Manual de



Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019.

Nossos exames consistiram na verificação dos saldos contábeis e de execução orçamentária e financeira armazenados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais (SIAFI) e nos documentos encaminhados pela DCF/SPGF/DPMG.

Não foram executados testes de auditoria para avaliar a fidedignidade dos registros existentes. A realização dos trabalhos ficou a cargo da Auditoria Interna da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

2 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal

A despesa bruta com pessoal da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, no período de janeiro a dezembro de 2020, foi de R\$ 339.189.673,55. Consideradas as deduções, a despesa líquida com o pessoal alcançou o valor de R\$ 226.060.637,10.

Em observância às Instruções n. 01, de 18/04/2001, e n. 05, de 19/12/2001, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a despesa líquida com pessoal foi calculada em R\$ 200.914.094,11.

3 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar integra o RGF apenas no último quadrimestre do exercício. Com ele, objetiva-se dar transparência ao montante disponível para fins da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas.

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa	VALOR
Suficiência antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados	40.501.449,66
(-) Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	<u>(12.556.136,08)</u>
Suficiência após inscrição em Restos a Pagar Não Processados	27.945.313,58

Fonte: ANEXO 3 do RGF relativo ao 3º quadrimestre de 2020.

No encerramento do exercício 2020, a Defensoria Pública apresentou suficiência financeira após a inscrição em “Restos a Pagar Não Processados”, no valor de R\$ 27.945.313,58.

4 – Conclusão

Com base nos saldos contábeis e de execução orçamentária e financeira armazenados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais (SIAFI), bem como nos documentos encaminhados pela DCF/SPGF/DPMG, os valores apurados estão em consonância com as normas legais.

Auditoria Interna, em Belo Horizonte, aos 27 de janeiro de 2021.

João Gabriel Melo Alves
Masp. 1.213.642-0

-- Todo serviço da Defensoria Pública é gratuito. A presente mensagem é destinada exclusivamente a seus destinatários. As informações nela contidas estão protegidas por sigilo profissional, estando seu uso não autorizado sujeito às penalidades cabíveis. --



i) demonstração da composição do total da despesa de pessoal, discriminando os valores relativos a sentenças judiciais, a despesas de exercícios anteriores, a indenização por demissão de servidores e a incentivos à demissão voluntária;

Notas:

1. A demonstração da composição do total da despesa de pessoal está representada no **Quadro dos Gastos com Pessoal por categoria funcional** – em anexo.
2. Os valores relativos a sentenças judiciais; indenização por demissão e incentivos à demissão voluntária de servidores, não se aplicam a esta Defensoria Pública, sendo esta instituição autônoma nos termos do artigo 134 da Constituição da República.
3. As Despesas de Exercícios Anteriores – DEA – relativas à folha de pessoal no exercício de 2020, alcançou o valor total de R\$ 31.416.939,45, encontram-se consolidadas no quadro a seguir e discriminadas no anexo nº 2, da alínea “k” que informam os pagamentos com Verbas de Despesa de Exercício Anterior (Elemento-item: 92 - 01/02) e no inciso 4 da alínea “l” que tratam das **Notas Explicativas**, desta Prestação de Contas Anual.
4. Com a ressalva que, do subtotal apurado (R\$ 31.226.018,21) do empenho nº 13/2020, o valor de R\$ 31.180.172,51 obedece ao pagamento de indenização de férias, em cumprimento à Lei Complementar nº 141/2016.

Ano	Nº Emp.	Credor	Fonte 10.1	Fonte 58.5	Justificativas:
2020	13	Folha de Pessoal Ativo	31.226.018,21		*Acertos de folha de exercícios anteriores;
2020	21	Folha de Pessoal Inativo		190.921,24	*Vencimentos deixados - pagos por Ordem de pagamento especial; *Rendimentos recebidos acumuladamente - RRA. *Indenizações de férias, em consonância com Lei Complementar nº141/2016
TOTAL (R\$)			31.416.939,45		



PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO 2020

ANEXO II

ÓRGÃO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXERCÍCIO: 2020

QUADRO DOS GASTOS REALIZADOS COM PESSOAL POR CATEGORIA FUNCIONAL												
Código	Efetivo		Função Pública		Recrutamento Amplo		Terceirização (51.º, art. 18, da Lei Complementar n.º 101/2000)		Contratação Temporária (art. 22 da CE)		Totais	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Direção Superior	3	R\$ 1.710.260,37										
Assessoramento	10	R\$ 2.723.414,72			56	R\$ 4.293.263,27						
Chefia												
Técnica	694	R\$ 330.539.056,44										
Especializada	34	R\$ 4.838.302,82										
Administrativo	12	R\$ 1.154.215,60										
Outros (especificar)												
Totais	753	R\$ 340.965.249,94	0	R\$ 0,00	56	R\$ 4.293.263,27	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	809	R\$ 345.258.513,20
Inativos											335	R\$ 107.319.191,83

* PARA O PREENCHIMENTO DESTA COLUNA, CONSIDERAR TODAS AS DESPESAS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS QUE SE ENQUADRAM NO DISPOSTO NO § 1º DO ART. 18, DA LC 101/2000.

ESPECIFICAR OS VALORES PAGOS A TÍTULO DE:

. SENTENÇAS JUDICIÁRIAS: _____

. DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES: _____

. INDENIZAÇÃO POR DEMISSÃO DE SERVIDORES: _____

. INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA: _____



RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO DO DEMONSTRATIVO



TAMAR LELLIS
MARCALHAES:3741683

Belo Horizonte, 7, maio 2021.

LOCAL E DATA:

GÉRIO PATROCÍNIO
SOARES:00118951602

Assinado de forma digital por GÉRIO PATROCÍNIO
SOARES:00118951602
Dados: 2021.05.24 15:03:46 -03'00'

TITULAR DO ÓRGÃO



j) relação dos decretos de abertura de créditos adicionais, contendo número do decreto e de seu registro no SIAFI, data e valor.

- A relação dos decretos iniciais, bem como os créditos suplementares do exercício de 2020, estão demonstradas no relatório RFCAE 782 – SIAFI intitulado: COMPOSIÇÃO DE CRÉDITOS AUTORIZADOS, em anexo.
- No exercício de 2020 não houve necessidade de suplementação de créditos adicionais.

PRODEMGE	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS										PAGINA: 1
NFCAE78W - RFCAE782	SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA										PERIODO ATE 31/12/2020
	COMPOSICAO DE CREDITOS AUTORIZADOS										EMISSAO - DATA HORA
											18/01/2021 20:01:28
UNIDADE ORCAMENTARIA : 1441 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS											
CLASSIFICACAO				LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO		
03.092.726.1050.0001 339000 10 1 0				0023579	15.01.2020	INICIAL	1.000,00		1.000,00		
03.092.726.1099.0001 339000 10 1 0				0023579	15.01.2020	INICIAL	1.000,00		1.000,00		
03.092.726.4033.0001 339000 10 1 0				0023579	15.01.2020	INICIAL	1.000,00		1.000,00		
03.092.726.4150.0001 339000 10 1 0				0023579	15.01.2020	INICIAL	62.360.846,00		62.304.013,23		
				0000001	29.04.2020	REMANEJAMENTO		1.050,00			
				0000005	21.09.2020	REMANEJAMENTO		44.495,00			
				0000007	17.12.2020	REMANEJAMENTO		1.287,77			
				0000009	30.12.2020	REMANEJAMENTO		10.000,00			
03.092.726.4150.0001 339000 60 1 0				0023579	15.01.2020	INICIAL	811.691,00		811.691,00		
03.092.726.4150.0001 339100 10 1 0				0023579	15.01.2020	INICIAL	112.000,00		168.832,77		
				0000002	29.04.2020	REMANEJAMENTO	1.050,00				
				0000006	21.09.2020	REMANEJAMENTO	44.495,00				
				0000008	17.12.2020	REMANEJAMENTO	1.287,77				
				0000010	30.12.2020	REMANEJAMENTO	10.000,00				
03.092.726.4150.0001 449000 10 1 0				0023579	15.01.2020	INICIAL	8.000.000,00		8.000.000,00		
03.092.726.4193.0001 319000 10 1 0				0023579	15.01.2020	INICIAL	295.405.559,00		295.405.559,00		
03.092.726.4193.0001 319100 10 1 0				0023579	15.01.2020	INICIAL	62.599.802,00		62.599.802,00		
03.092.726.4193.0001 339000 10 7 0				0023579	15.01.2020	INICIAL	11.900.000,00		11.900.000,00		
03.128.726.2068.0001 339000 10 1 0				0023579	15.01.2020	INICIAL	350.000,00		349.241,46		
				0000003	18.09.2020	REMANEJAMENTO		758,54			
03.128.726.2068.0001 339100 10 1 0				0000004	18.09.2020	REMANEJAMENTO	758,54		758,54		
09.272.705.7006.0001 319000 42 5 0				0023579	15.01.2020	INICIAL	49.370.130,00		49.370.130,00		
09.272.705.7006.0001 319000 43 5 0				0023579	15.01.2020	INICIAL	32.341.967,00		32.341.967,00		
09.272.705.7006.0001 319000 58 5 0				0023579	15.01.2020	INICIAL	27.287.903,00		27.287.903,00		
09.272.705.7006.0001 319100 58 5 0				0023579	15.01.2020	INICIAL	1.000.000,00		1.000.000,00		
28.846.705.7004.0001 319000 10 9 0				0023579	15.01.2020	INICIAL	1.000,00		1.000,00		
TOTAL DA UNIDADE ORCAMENTARIA							551.601.489,31	57.591,31	551.543.898,00		



k) informações relativas a execução de Despesa de Exercícios Anteriores, sua composição e evolução nos últimos dois anos.

Demonstração Comparativa da Rubrica Despesa de Exercícios Anteriores – DEA

Elem./Item	Descrição	2018	2019	2020	VARIAÇÃO (%)	
					2020/ 2018	2020/ 2019
92-01	DEA de Folha de Pessoal	19.544.005,48	15.995.704,27	31.416.939,45	61%	96%
92-02	DEA de despesas correntes	33.704,73	63.159,79	257.188,50	663%	307%
TOTAL (R\$)		19.577.710,21	16.058.864,06	31.674.127,95	62%	97%

Notas:

1. A verba de Despesa de Exercícios Anteriores – DEA refere-se às dívidas reconhecidas para as quais não houve inscrição em Restos a Pagar, mas que consignava crédito próprio e que podem ser pagas à conta de dotação específica, conforme reza o art. 37 da Lei nº 4.320/1964. Cabe esclarecer que, para o exercício de 2020, essas despesas encontram-se discriminadas em dois anexos (planilhas 1 e 2).

2. Observa-se que, no total geral dessa despesa, houve uma variação evolutiva no exercício de 2020, na ordem de quase 62% para o exercício de 2018, enquanto que para o exercício de 2019 foi de 97%.

2.1 Ressalta-se que a variação (%) do saldo de DEA de custeio do exercício de 2020 para o ano de 2018 e 2019, foram nas casas de 663% e 307% respectivamente. Justificando que, a partir dos registros no anexo nº 1 (R\$ 225.434,57), o equivalente a 92% desses registros foi em decorrência do credor se encontrar irregular em seu credenciamento junto ao Portal de Compras-SIAD, o que impossibilita da efetivação tempestiva do reforço de empenho e, consequentemente, da liquidação e pagamento.

3. Em relação à avaliação estrutural, é taxativo que a maior representatividade, no exercício de 2020, encontra-se nas despesas de Folhas de pessoal, em torno de 99% no exercício analisado. São rubricas que se encontram descritas em planilha própria. Contudo, os valores que merecem destaques, são os pagamentos de indenização de férias e que somados atingem R\$ 31.180.172,51, esses legalmente amparados pela Lei Complementar nº 141 de 2016. Vide anexo nº 2.



PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO 2020

Despesa de Exercícios Anteriores - DEA

Exercício: 2020

Planilha 1

Unid. Execut.	Credor	Número Empenho	Valor Desp. Empenhada	Elem/Item	Fonte	Justificativa
1440003	FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL	13	31.226.018,21	9201	10.1	Segue detalhamento em planilha anexa (nº2). Frizando que do montante de R\$ 31.674.127,95, os registros de R\$ 31.180.172,51, do empenho nº 13/2020, correspondem ao pagamento de indenização de férias, ancorada na Lei Complementar nº 141/2016.
1440003	FOLHA APOSENTADOS	21	190.921,24	9201	58.5	
Subtotal			31.416.939,45			
1440005	DEPARTº MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	62	275,97	9202	10.1	Insuficiência do saldo empenhado para acobertar as contas de nov.e dezembro de 2020.
1440005	PRESTAR ADVANCED SERVICOS LTDA	67	10.760,00	9202	10.1	Impossibilidade de reforço do empenho em razão da situação de credenciamento irregular do credor.
1440005	SAAE - SERV.AUT. AG/ESGOTO - ITAUNA	63	163,02	9202	10.1	Insuficiência do saldo empenhado para acobertar a conta do mês de dezembro de 2020.
1440005	SERASA S/A	69	12.776,04	9202	10.1	Impossibilidade de reforço do empenho em razão da situação de credenciamento irregular do credor.
1440005	SERASA S/A	71	2.777,87	9202	10.1	Impossibilidade de reforço do empenho em razão da situação de credenciamento irregular do credor.
1440011	ACOM EMPREEND. IMOBILIARIOS LTDA	19	15.365,36	9202	10.1	Idem a justificativa anterior
1440011	ARTE INFORMATICA LTDA	189	3.959,64	9202	10.1	O saldo não foi suficiente para cobrir os serviços devido a solicitação de reforço por parte do gestor ter ocorrido posterior ao encerramento do exercício.
1440011	B F DOS SANTOS-RESTAURANTE -ME	86	2.596,80	9202	10.1	Insuficiência do saldo empenhado para acobertar a Nota Fiscal do mês de dezembro de 2020.
1440011	CONSTRUTORA MIQUERINOS LTDA	144	132.023,31	9202	10.1	Impossibilidade de reforço do empenho em razão da situação de credenciamento irregular do credor.
1440011	DIAMOND PARA DE MINAS INCORP. IMOB. LT	4	11.760,00	9202	10.1	Idem a justificativa anterior
1440011	IMOVEIS BRUNO LARA LTDA	21	4.559,87	9202	10.1	Idem a justificativa anterior
1440011	LUIZ ROBERTO MOREIRA DE CARVALHO	128	2.641,27	9202	10.1	Idem a justificativa anterior
1440011	MERCADO CEOLIN LTDA	179	312,82	9202	10.1	Idem a justificativa anterior
1440011	METRON DESENVOLV. URBANO LTDA	20	26.905,98	9202	10.1	Idem a justificativa anterior
1440011	OLIVEIRA IMOVEIS LTDA -ME	18	4.363,60	9202	10.1	Idem a justificativa anterior
1440011	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A	259	13.998,50	9202	10.1	Saldo insuficiente decorrente do reequilíbrio financeiro concedido pela Defensoria Pública de MG.
1440011	TELEMAR NORTE LESTE S/A	237	1.345,57	9202	10.1	Impossibilidade de reforço do empenho em razão da situação de credenciamento irregular do credor.
1440011	TELEMAR NORTE LESTE S/A	238	349,33	9202	10.1	Impossibilidade de reforço do empenho em razão da situação de credenciamento irregular do credor.
1440011	VISAO EMPREEND. E PARTICIPACOES LTDA	137	10.253,55	9202	10.1	Idem a justificativa anterior
Subtotal			257.188,50			
TOTAL (R\$)			31.674.127,95			

Belo Horizonte, 03 de maio de 2021.

ITAMAR LELLIS
MAGALHAES:3741683Assinado de forma digital por
ITAMAR LELLIS MAGALHAES:3741683
Dados: 2021.05.25 09:52:32 -03'00'



PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO 2020

DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR - DEA

Planilha 2

01 - FOLHA DE PESSOAL - EXERCÍCIO DE 2020

MÊS	CLASSIFICAÇÃO	VALORES ATIVOS	VALORES INATIVOS				VERBAS
		FONTE 10.1	FONTE 42.5	FONTE 43.5	FONTE 58.5		
JANEIRO	DEA	R\$ 158.788,01	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.534,85	As Despesas lançadas no elemento 92.01, referente a folha de pessoal são verbas especificadas no "Resumo da Folha Analítica" (SGPSO) - Ativo e Inativo com as seguintes descrições: • Despesas acumulativas de exercício anterior - Acertos; • Vencimentos deixados de exercício anterior - OPE - Espólios; • Indenizações; • RRA - Rendimentos Recebidos Acumuladamente; • Atrasos de Exercício Anterior; • Ressaltamos que os referidos valores estão presentes no Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre do Exercício de 2020, devidamente justificados de igual modo. • Cabendo-nos, ainda, acrescentar que dos R\$31.226.018,21 (empenho 13/2020) que figuram como "Folha de Pagamento de Pessoal", R\$ 31.180.172,51 correspondem ao pagamento de indenização de férias, em consonância com a Lei Complementar 141/2016.	
FEVEREIRO		R\$ 2.775.922,31	R\$ -	R\$ -	R\$ 92.369,50		
MARÇO		R\$ 2.797.087,95	R\$ -	R\$ -	R\$ 25.170,90		
ABRIL		R\$ 2.810.872,57	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
MAIO		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
JUNHO		R\$ 8.387,92	R\$ -	R\$ -	R\$ 50.375,46		
JULHO		R\$ 1.622.383,77	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
AGOSTO		R\$ 4.725.974,11	R\$ -	R\$ -	R\$ 17.470,73		
SETEMBRO		R\$ 4.785.900,14	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
OUTUBRO		R\$ 5.292.832,11	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
NOVEMBRO		R\$ 5.281.447,65	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
DEZEMBRO		R\$ 988.421,07	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
TOTAL		R\$ 31.226.018,21	R\$ -	R\$ -	R\$ 190.921,24	Valores Auditoria	

Data: 05/05/2021

MARCELO MONTAI
DE
SOUZA6511055

Assinado por: Marcelo Montai de Souza
MARC2021050511055
Data: 2021.05.05 09:40:54 -03'00'

ITAMAR LELLIS
MAGALHAES:3741683

Assinado por: Itamar Lellis Magalhães
ITAMAR LELLIS MAGALHAES:3741683
Data: 2021.05.25 09:40:54 -03'00'

Elaborador: Marcelo Montai de Souza

Key words: *Chlamydia trachomatis*; *Neisseria meningitidis*; *Neisseria gonorrhoeae*; *Haemophilus influenzae*; *Streptococcus pneumoniae*

Relatório de Gestão Fiscal

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (Poder Defensoria Pública)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.3 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Defensoria Pública

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Despesa com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	24.966.359,17	25.194.431,23	25.769.500,30	25.774.544,39	25.683.325,60	36.342.478,79	25.711.932,34	25.600.783,87	25.968.588,69	25.957.469,21	40.421.121,70	31.799.138,26	339.189.673,55	0,00
Pessoal Ativo	23.310.742,06	22.996.552,34	24.058.851,44	24.075.292,49	23.975.241,96	33.796.686,93	24.037.394,03	23.990.608,87	24.131.912,44	24.268.629,37	38.240.937,74	27.160.280,89	314.043.130,56	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	19.440.004,77	19.143.907,92	20.048.018,88	20.044.339,53	19.926.755,97	29.734.013,48	19.990.664,87	19.946.647,96	20.105.276,07	20.253.745,84	30.166.637,03	22.623.813,83	261.423.826,15	0,00
Obrigações Patronais	3.851.429,44	3.834.545,99	3.989.177,99	3.996.551,88	3.999.183,08	3.985.907,34	3.974.961,24	3.972.598,39	3.953.313,85	3.940.280,01	7.944.026,39	4.460.254,94	51.902.230,54	0,00
Benefícios Previdenciários	19.307,85	18.098,43	21.654,57	34.401,08	49.302,91	76.766,11	71.767,92	71.362,52	73.322,52	74.603,52	130.274,32	76.212,12	717.073,87	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.655.617,11	2.197.878,89	1.710.648,86	1.699.251,90	1.708.083,64	2.545.791,86	1.674.538,31	1.610.175,00	1.836.676,25	1.688.839,84	2.180.183,96	4.638.857,37	25.146.542,99	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.655.617,11	2.197.878,89	1.710.648,86	1.699.251,90	1.708.083,64	2.545.791,86	1.674.538,31	1.610.175,00	1.836.676,25	1.688.839,84	2.180.183,96	4.638.857,37	25.146.542,99	0,00
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 16 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	6.421.665,17	9.095.779,32	9.310.699,14	9.309.636,29	6.502.897,14	9.798.553,69	8.081.340,15	11.161.199,28	11.206.286,72	11.688.731,95	15.506.396,28	5.045.851,32	113.129.036,45	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	164.323,26	2.868.291,81	2.822.258,85	2.810.872,57	0,00	58.763,38	1.622.383,77	4.743.444,84	4.785.900,14	5.292.832,11	5.281.447,65	966.421,07	31.416.939,45	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.257.341,91	6.227.487,51	6.488.440,29	6.498.763,72	6.502.897,14	9.739.790,31	6.458.956,38	6.417.754,44	6.420.386,58	6.395.899,84	10.224.948,63	4.079.430,25	81.712.097,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.544.694,00	16.098.651,91	16.458.801,16	16.464.908,10	19.180.428,46	26.543.925,10	17.630.592,19	14.439.584,59	14.762.301,97	14.268.737,26	24.914.725,42	26.753.286,94	226.060.637,10	0,00

Relatório de Gestão Fiscal

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (Poder Defensoria Pública)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.3 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Defensoria Pública

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	Notas: (1) Não houve despesas registradas em Restos a Pagar não Processados, nesse período, relativos à folha de Pessoal; (2) D.E.A. São despesas relativas às Folhas de indenizações, RRA-Recebimentos recebidos acumuladamente, Vencimentos deixados e outros; (3) Despesas consoantes os termos da IN nº 01/2001 de 21/04/2001 e a IN nº 05/2001 de 19/12/2001 do TCEMG.

Relatório de Gestão Fiscal
Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (Poder Defensoria Pública)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa								
	Disponibilidade de Caixa					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			Demais Obrigações Financeiras (e)				
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)						
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	42.935.143,72	173.085,20	1.786.153,08	583.307,36	0,00	40.392.598,08	12.556.136,08	0,00	27.836.462,00
Recursos Ordinários	36.801.455,03	173.085,20	1.786.153,08	583.307,36		34.258.909,39	12.556.136,08		21.702.773,31
Outros Recursos Não Vinculados	6.133.688,69					6.133.688,69			6.133.688,69
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	108.851,58	0,00	0,00	0,00	0,00	108.851,58	0,00	0,00	108.851,58
Recursos Vinculados ao RPPS									
Recursos de Operações de Crédito									
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	106.033,59					106.033,59			106.033,59
Recursos Vinculados a Precatórios									0,00
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais									0,00
Outros Recursos Vinculados	2.817,99		0,00			2.817,99			2.817,99
TOTAL (III) = (I + II)	43.043.995,30	173.085,20	1.786.153,08	583.307,36	0,00	40.501.449,66	12.556.136,08	0,00	27.945.313,58

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório de Gestão Fiscal
	Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (Poder Defensoria Pública)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	Discriminação da disponibilidade de caixa bruta: (1) Recursos Não Vinculados -Recursos Ordinários Conta: 1.1.1.02.02.00.00 - Recursos de cotas financeiras repassadas pelo Tesouro, Fonte 101; Conta: 1.1.1.03.02.00.00 - Recursos Diretamente Arrecadados, Fonte 60.1. -Outros Recursos Não Vinculados Conta: 1.3.1.02.01.00.00 - Recursos de cotas financeiras a repassar, principalmente, para custear os valores de Restos a Pagar inscritos; Conta 1.1.1.04.03.00.00 – Recurso inscrito no Ativo Disponível o valor escritural de R\$ 13.927.658,29, que representa recursos que foram recolhidos no exercício de 1.998 quando a implantação do Caixa Único do Estado, mas excluído do relatório acima, por encontrar-se em sabujice, conforme Ofícios nº 537/2012/DPG/DPMG de 19/11/2012 à SEPLAG e nº 05/2014/SPGF/DPG de 21/10/2014 à Subsecretaria do Tesouro Estadual-SEF-MG. (2) Recursos Vinculados São relativos à Fonte 45, que correspondem aos valores de Doações do Banco do Brasil. Recursos de Alienação de Bens/Ativos são referentes à Fonte 47 (Leilões).

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	226.060.637,10	
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>		
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>		
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	12.556.136,08	27.945.313,58

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Relatório de Gestão Fiscal

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (Poder Defensoria Pública)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.3 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Defensoria Pública

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	Notas: (1) Não houve despesas registradas em Restos a Pagar não Processados, nesse período, relativos à folha de Pessoal; (2) D.E.A. São despesas relativas às Folhas de indenizações, RRA-Recebimentos recebidos acumuladamente, Vencimentos deixados e outros; (3) Despesas consoantes os termos da IN nº 01/2001 de 21/04/2001 e a IN nº 05/2001 de 19/12/2001 do TCEMG.

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

RGF DPMG - 3º Quadrimestre 2020

João Gabriel Melo Alves <joao.alves@defensoria.mg.def.br>

Qua, 27/01/2021 16:01

Para: Itamar Magalhaes <itamar.magalhaes@defensoria.mg.def.br>

Cc: Diego Sousa <diego.sousa@defensoria.mg.def.br>

 2 anexos (53 KB)

Public.3º quadr 2020 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL_DespesaComPessoal.docx; RGF 3º quadrimestre 2020 public.Disponibilidade.docx;

Prezado Diretor,

boa tarde!

Segue abaixo, análise acerca do acompanhamento dos demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG), referente ao 3º quadrimestre de 2020.

Encaminho-lhe, anexos, os demonstrativos fiscais contendo sugestões para sua apreciação.

Atenciosamente,

João Gabriel Melo Alves

Auditoria Interna

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Rua Bernardo Guimarães, 2.731, 3º andar – Bairro Lourdes

30.140.085 – Belo Horizonte, Minas Gerais

www.defensoria.mg.def.br | Facebook e Instagram: @defensoriamineira

ACOMPANHAMENTO DOS DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

1 – Introdução

Em cumprimento às disposições estabelecidas pelos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, e às Instruções nº 01/2001 e nº 05/2001 do TCEMG – que estabelecem procedimentos relativos à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), referente a despesas com pessoal –, apresentamos os resultados da revisão dos demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), relativo ao 3º quadrimestre de 2020, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, elaborado pela Diretoria de Finanças, Pagamento e Contabilidade.

Este trabalho foi desenvolvido com base nos procedimentos definidos na 10ª edição do Manual de

Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019.

Nossos exames consistiram na verificação dos saldos contábeis e de execução orçamentária e financeira armazenados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais (SIAFI) e nos documentos encaminhados pela DCF/SPGF/DPMG.

Não foram executados testes de auditoria para avaliar a fidedignidade dos registros existentes. A realização dos trabalhos ficou a cargo da Auditoria Interna da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

2 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal

A despesa bruta com pessoal da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, no período de janeiro a dezembro de 2020, foi de **R\$ 339.189.673,55**. Consideradas as deduções, a despesa líquida com o pessoal alcançou o valor de **R\$ 226.060.637,10**.

Em observância às Instruções n. 01, de 18/04/2001, e n. 05, de 19/12/2001, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a despesa líquida com pessoal foi calculada em **R\$ 200.914.094,11**.

3 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar integra o RGF apenas no último quadrimestre do exercício. Com ele, objetiva-se dar transparência ao montante disponível para fins da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas.

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa	VALOR
Suficiência antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados	40.501.449,66
(-) Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	<u>(12.556.136,08)</u>
Suficiência após inscrição em Restos a Pagas Não Processados	27.945.313,58

Fonte: ANEXO 5 do RGF relativo ao 3º quadrimestre de 2020.

No encerramento do exercício 2020, a Defensoria Pública apresentou suficiência financeira após a inscrição em “Restos a Pagar Não Processados”, no valor de **R\$ 27.945.313,58**.

4 – Conclusão

Com base nos saldos contábeis e de execução orçamentária e financeira armazenados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais (SIAFI), bem como nos documentos encaminhados pela DCF/SPGF/DPMG, os valores apurados estão em consonância com as normas legais.

Auditoria Interna, em Belo Horizonte, aos 27 de janeiro de 2021.

João Gabriel Melo Alves

Masp. 1.213.642-0

-- Todo serviço da Defensoria Pública é gratuito. A presente mensagem é destinada exclusivamente a seus destinatários. As informações nela contidas estão protegidas por sigilo profissional, estando seu uso não autorizado sujeito às penalidades cabíveis. --